Revista Diversidade e Educação

ENTRE O CONTROLE E A TRANSGRESSÃO: DOCÊNCIAS LÉSBICAS E FEMINISTAS NO AMBIENTE ESCOLAR

TÍTUENTRE EL CONTROL Y LA TRANSGRESIÓN: DOCENCIAS LÉSBICAS Y FEMINISTAS EN EL ÁMBITO ESCOLAR

BETWEEN CONTROL AND TRANSGRESSION: LESBIAN AND FEMINIST TEACHING PRACTICES IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

Misaeli Botelho Lima [1]

Dayana Brunetto[2]

RESUMO

O presente texto busca dialogar sobre as relações que permeiam as docências e as dissidências de gênero e sexualidade no contexto da educação. Através das teorizações Pós-estruturalistas e *Queer* pretende-se discutir sobre os discursos de verdade que possuem o intuito de produzir as subjetividades a partir das normas. Diante disso, será discutido também sobre as docências lésbicas e feministas enquanto corpos que resistem às imposições referentes aos padrões de gênero, bem como da heterossexualidade compulsória. Ao dialogarem sobre as experiências e saberes situados, essas docentes auxiliam na construção de comunidades de aprendizagem que são críticas e insubmissas. Por fim, pontua-se que, apesar das tentativas de silenciamento e violências, esses corpos e práticas podem produzir rachaduras nas normas impostas.

PALAVRAS-CHAVE: Docências Lésbicas. Educação. Gênero e Sexualidade.

RESUMEN

El presente texto busca dialogar sobre las relaciones que atraviesan la docencia y las disidencias de género y sexualidad en el contexto educativo. A partir de las teorías posestructuralistas y queer, se pretende discutir los discursos de verdad que buscan

[1] Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pampa atuou como Bolsista do Programa de Educação Tutorial entre os anos de 2018 a 2022. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) na linha Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação. misahblima@gmail.com

[2] Professora do Setor de Educação e do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pesquisadora dos Estudos de Gênero, Feminismos e Educação. dayanabrunetto@ufpr.br

producir subjetividades a partir de normas hegemónicas. En este sentido, también se abordan las docencias lésbicas y feministas como corporalidades que resisten a las imposiciones de los patrones de género y a la heterosexualidad obligatoria. Al dialogar sobre experiencias y saberes situados, estas docentes contribuyen a la construcción de comunidades de aprendizaje críticas e insumisas. Finalmente, se señala que, a pesar de los intentos de silenciamiento y las violencias, estos cuerpos y prácticas pueden generar fisuras en las normas impuestas.
PALABRAS-CLAVE: Docencias lesbianas. Educación. Género y sexualidade.

ABSTRACT
This text seeks to explore the relationships that permeate teaching practices and gender and sexuality dissidences within the educational context. Drawing on post-structuralist and queer theories, it aims to discuss regimes of truth that seek to produce subjectivities aligned with normative standards. In this regard, lesbian and feminist teaching practices are also examined as embodied forms of resistance to gender norms and compulsory heterosexuality. By engaging with lived experiences and situated knowledge, these educators contribute to the construction of critical and insubmissive learning communities. Finally, it is argued that, despite attempts at silencing and the presence of violence, these bodies and practices can create fissures within imposed norms.
KEYWORDS: Lesbian teaching practices. Education. Gender and sexuality.

* * *

Escreverei sobre o não dito, sem me importar
com o suspiro de ultraje do sensor e da audiência.
Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever,
mas tenho um medo maior de não escrever...
Glória Anzaldúa

Introdução

O presente artigo possui o objetivo de dialogar sobre as relações entre docências e dissidências no contexto escolar. Dessa forma, os assuntos que irão perpassar o texto estão situados nas perspectivas Pós-Estruturalistas e teorizações *queer* no âmbito da educação. Ao longo dos capítulos será discutido também sobre as docências lésbicas e feministas, bem como sobre as práticas educativas que tensionam as normas de gênero e sexualidade vigentes.

A docência que está situada em um aspecto ético e político, auxilia na construção de comunidades de aprendizagem (bell hooks, 2013), formando espaços para a elaboração de pensamentos críticos em relação ao ser e estar presente na sociedade atual. A educação,

portanto, é atravessada pelos contextos históricos e políticos, que modificam conforme os discursos de verdade (Foucault, 2017) presentes em cada época. Dessa maneira, o presente texto busca traçar diálogos e tensionamentos que atravessam e envolvem as questões acerca das normas de gênero e sua relação com a docência e a escola.

Por isso, será traçada uma discussão sobre gênero e sexualidade vinculada as questões da escola enquanto um ambiente que possui uma relação conflituosa com as diferenças. Também será discutido sobre as docências corporificadas, que, através de suas formas de ser, existir e se posicionar no mundo, reafirmam suas estratégias de resistência. No âmbito das docências múltiplas, o presente texto busca priorizar a perspectiva relacionada às docências lésbicas e feministas, por uma escolha epistemológica e política a fim de colocar essas corporalidades que historicamente foram invisibilizadas, no centro da discussão.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando algumas contribuições das autoras que mobilizam conceitos sobre gênero e sexualidade como produção histórica (Louro, Guacira, 1997) e discursiva (Butler, Judith, 2015). São discutidas também questões sobre a heterossexualidade enquanto uma imposição direcionada a todas as corporalidades (Wittig, Monique, 2022), e, através dessa imposição, algumas vivências da sexualidade são designadas como “outras” e colocadas em um lugar constituído como patológico (Rago, Margareth, 2020).

Para discutir sobre questões que historicamente constituíram a docência enquanto profissão feminina, serão utilizadas as teorizações de Guacira Louro (1997, 2016). A fim de articular as temáticas que envolvem docências e as lesbianidades serão utilizados os conceitos de docência decente (Brunetto, Dayana, 2017), que falam sobre as imposições direcionadas aos comportamentos e modos de ser das professoras.

Os conceitos mobilizados nessa pesquisa articulam-se através de uma compreensão sobre a docência como uma prática atravessada pelos contextos históricos, sociais e culturais, assim como as questões de gênero e sexualidade são constituídas e modificadas através dos discursos de poder e verdade presentes em cada época. Desse modo, os discursos normativos a cerca do gênero e da sexualidade também atravessam o espaço escolar, tentando produzir modos específicos de subjetivação. Nesse aspecto a docência

e a lesbianidade são colocadas em diálogo compreendendo as corporalidades e vivências de professoras lésbicas como possibilidades de tensionamento frente as normas regulatórias que organizam o exercício da docência.

A pesquisa constitui-se a partir de uma análise de cunho teórico bibliográfico, fundamentado nas contribuições das autoras anteriormente apresentadas. A análise bibliográfica busca discutir sobre as articulações entre docência, gênero e lesbianidades, colocando em diálogo as teorizações sobre docências e subjetividades docentes com as perspectivas queer acerca da educação a fim de problematizar os discursos que atravessam as corporalidades das professoras e as relações de gênero e sexualidade no espaço escolar.

A análise desses referenciais teóricos supracitados foi realizada de maneira interpretativa, buscando traçar aproximações referentes aos conceitos sobre docência, gênero e sexualidade e articular com as lesbianidades e docências lésbicas. Segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2012), a pesquisa qualitativa perpassa pela compreensão e, em seguida ocorre a interpretação, considerando que a tarefa de conhecer, pesquisar e escrever é inconclusa e está em constante movimento (Louro, 2007), as interpretações também são atravessadas pelas subjetividades de quem escreve. Dessa maneira, essa pesquisa não pretende ser neutra, pois também é analisada a partir de saberes que são localizados e corporificados (Haray, Donna, 1995)

Desvios da heteronorma: questões de gênero, sexualidade e educação

As pedagogias da sexualidade são compostas por todo um conjunto de imposições, práticas e discursos que tentam incutir nos sujeitos as formas consideradas corretas de viver o gênero e a sexualidade (Louro,1997). A instituição escolar possui uma vocação normalizadora (Louro, 2016) que está presente no currículo e nas práticas cotidianas, realizando uma distinção de quem é considerado normal, e quem são os outros, ou seja, os diferentes.

Louro (2001) discute que a ideia de diferença se constitui por meio dos polos binários. A partir das concepções e teorizações do filósofo Derrida, a autora articula que a percepção ocidental da sociedade opera através dos binarismos enquanto pensamentos que firmam "como central uma ideia, uma entidade ou um sujeito, determinando, a partir desse lugar, a posição do outro, o seu oposto subordinado" (Louro, 2001, p. 548). Assim,

o "outro" atribui-se a um componente inferior de uma identidade fixada supostamente como centralizada.

Louro (2016) pontua que as características normalizadoras da instituição escolar, se veem ameaçadas pelas presenças das/os sujeitos dissidentes, que, somente com o aparecimento de seus corpos no espaço público, perturbam algumas certezas tidas como naturalizadas. A escola se constitui através de espaços que são organizados conforme as questões de gênero. Por isso, existem coações para que um certo tipo de masculinidade seja posto em prática, geralmente associada a competição e práticas esportivas, e, espera-se que as feminilidades sejam mais delicadas, organizadas e silenciosas.

Essas imposições são aplicadas nos corpos dos sujeitos a partir do viés da disciplina. Para Foucault, a disciplina é considerada "um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma física ou uma anatomia do poder, uma tecnologia" (Foucault, 2014, p. 208). Essa tecnologia, através dos discursos de verdade (Foucault, 2010) institui as noções de gênero e sexualidade.

Os discursos de verdade conforme o pensamento de Michel Foucault (2010) são formulados a partir de saberes que são desenvolvidos para serem assimilados como verdadeiros. Para Foucault (2010)

> O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2010, p. 12).

As verdades sobre o gênero, segundo Judith Butler (2000), são inscritas nos corpos dos sujeitos através de práticas discursivas que designam as categorias homem e mulher. A definição médica a partir da genitália do indivíduo assim que ele nasce, marca o gênero e, após isso, as práticas sociais reiteradas delimitam espaços e hierarquizam sujeitos.

A marca do gênero direcionada aos corpos se institui como anterior ao discurso (Butler, 2015) e, através disso, as intituladas diferenças sexuais são percebidas como naturais. Para Butler (2015) tanto o sexo quanto o gênero são produtos dos discursos de

poder que mobilizam todo um aparato de funcionamento da vida com base nas diferenças binárias. Os corpos são atravessados pelos significados culturais e "consequentemente o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva" (Butler, 2015, p. 29), sendo gênero desde o seu início. O gênero, portanto, seria

> um certo tipo de representação; o "aparecimento" do gênero é frequentemente confundido com um sinal de sua verdade interna ou inerente; o gênero é induzido por normas obrigatórias que exigem que nos tornemos um gênero ou outro (geralmente dentro de um enquadramento estritamente binário); a reprodução do gênero é, portanto, sempre uma negociação com o poder (Butler, 2018, p. 40).

Com relação aos aspectos da sexualidade, Foucault (2010) pontua que sexualidade e poder estão conectados. As relações de poder se configuram a partir de redes que são difundidas e capilarizadas. O poder não está localizado em um patamar hierárquico, mas está espalhado nos mais diversos setores da sociedade e pode "chegar às mais tênues e mais individuais das condutas" (Foucault, 2017, p.17) E, considerando a questão da sexualidade, Foucault (1988) articula que "nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias" (Foucault, 1988, p. 112). Essas estratégias são as que produzem e estigmatizam uma sexualidade enquanto desviante ou patológica, diferentemente de outra que se fixa como norma.

O sujeito considerado homossexual foi designado através de processos discursivos que o criaram e o categorizaram, partindo de uma construção histórica intencional, formulada por discursos presentes nas categorias que envolvem o saber psiquiátrico, médico e psicológico (Foucault, 1988, 2001). Nesse contexto, o indivíduo homossexual passa ser tido como um "invertido sexual" (Brunetto, 2010, p. 66) e colocado forçosamente em uma condição de anormalidade. Ainda para Foucault (2017) o sujeito homossexual originou-se em um artigo atribuído a determinado discurso de um médico chamado Westphal, em que ele fala sobre as "sensações sexuais contrárias", (Foucault, 2017, p. 50) que converteu o homossexual em uma espécie.

Margareth Rago (2020) ao dialogar juntamente com as teorizações de Foucault, faz uma retomada de certos aspectos que formularam a patologização da homossexualidade. A autora articula sobre as mudanças sociais ocorridas no século XIX,

em conjunto com a ascensão da sociedade burguesa na modernidade. A partir desse tempo histórico, o discurso médico ‘’marcadamente misógino e autoritário’’ (Rago, 2020, p.14) começa a demarcar exclusões e categorizações. Portanto, ‘’nesse contexto que a partilha entre heterossexuais e homossexuais assume destaque fundamental na definição do normal e do anormal ou patológico, produzindo a exclusão da cidadania e dos direitos universais de parcela considerável da população…’’ (Rago, 2020, p. 15), é nesse contexto também que a heterossexualidade adquire um ‘’status’’ de verdade.

A autora lesbofeminista Monique Wittig (2022) faz uma análise sobre o “pensamento hétero’’ que, para ela, é um sistema dominante com pretensões de ser universal, afetando homens homossexuais e mulheres lésbicas. Esse sistema possui discursos que “oprimem uma vez que nos impedem de falar a não ser que falemos nos termos deles’’ (Wittig, 2022, p. 59). O sistema heterossexual, para a autora, é político e necessita da existência de pessoas consideradas “diferentes’’ e “outras’’ para perpetuar a dominação, que atinge majoritariamente a categoria das mulheres.

O sistema sexo gênero conforme a concepção do autor Paul Preciado (2022), atua nas construções da categoria homem e mulher, estreitando também as maneiras de vivenciar a sexualidade. Por isso, para o autor, “a natureza humana é um efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza = heterossexualidade. O sistema heterossexual é um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade…’’ (Preciado, 2022, p. 37). A heterossexualidade apresenta-se como um instrumento social utilizado para a regulação dos corpos.

Ainda segundo Preciado (2022), a heterossexualidade não surge de maneira espontânea nas vivências dos indivíduos, mas, se inscreve nos corpos, através de discursos reiterados e repetidos. O sistema heterossexual (Rich, Adrienne, 2010), é uma instituição política que impõe a heterossexualidade de maneira forçosa principalmente sobre as mulheres, sendo considerada uma obrigação reforçada no âmbito familiar, escolar, reiterada também pelos clássicos literários, filmes e novelas, ou seja, toda a sociedade educa para a heterossexualidade. Dessa forma, esse sistema, segundo Margareth Rago (2020) possui narrativas ficcionais pois “trata-se de imposição de interpretações morais ditas como únicas válidas para toda a humanidade’’ (Rago, 2020, p.13) que ocultam sua perspectiva construída pelos discursos de poder.

Apesar de existirem imposições persistentes sobre como se deveria viver o gênero e sexualidade, as normas são passíveis de transgressão (Louro,2016), um dos exemplos

disso é a ressignificação e reapropriação do termo *Queer*. A palavra *Queer*, que pode ser traduzida como "estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário" (Louro, 2016, p.39), Era utilizada no contexto dos Estados Unidos nos anos de 1960, direcionada como um xingamento ofensivo as pessoas que se contrapunham às normas de gênero e sexualidade. Uma parte dos movimentos lésbicos e gays passou a apropriar-se desse termo a fim de atribuir-lhe um sentido de ressignificação para afirmar as formas de existir em tensionamento com as normas. Louro (2016) pontua que

> *queer* significa colocar-se contra a normalização — venha ela de onde vier. Seu alvo de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade… *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. (Louro, 2016, p. 39)

No contexto do Brasil, os termos como bicha e sapatão também passaram por processos de ressignificação. Para Elizama Freitas e Joicy Silva (2016) a palavra bicha muitas vezes é utilizada para direcionar ofensas a homens homossexuais tidos como efeminados, mas, através de uma revolução semântica, essa nomenclatura passa a ser motivo de orgulho. Com relação a palavra sapatão, Brunetto (2021) traz as perspectivas das ativistas lésbicas acerca da ressignificação do termo, que ocorreu de modos distintos entre disputas de narrativas que podem estar relacionadas a faixa etária, região ou pertencimento racial.

Na escola estão presentes essas corporalidades dissidentes, com seus modos de se intitular e viver os gêneros e sexualidades em conflito com as normas. A instituição que ao mesmo tempo impõe concepções hegemônicas sobre modos de ser, se relacionar e estar no mundo, também, por conta da ampliação de seu acesso, abre a possibilidade para a convivência com as diversidades.

Quem são os excêntricos na escola

A escola investe na construção de certas subjetividades específicas, Conforme Louro (1997), essa instituição "aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite também que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos'' (Louro, 1997, p. 61). O padrão de referência que se estabelece como central é do sujeito homem, branco, heterossexual e de classe média.

Dessa maneira, os sujeitos marcados pela diferença são vistos como excêntricos, pois se afastam desse padrão, tornando-se marginalizados em vários aspectos (Louro, 2013). Por isso, as mulheres, pessoas não brancas e/ou pertencentes a comunidade LGBT, em alguns contextos, são vistas como corpos que devem ser domesticados, silenciados e até mesmo excluídos dos bancos escolares.

Veiga-Neto (2011) pontua que a escola conecta os saberes fabricados e os poderes que agem de maneira constante na sociedade, com o intuito de constituir subjetividades específicas. Essas subjetividades são formuladas através de processos de sujeição, que acontecem por meio de certas práticas pontuais, fazendo uma regulamentação dos comportamentos das/os estudantes. As pessoas que possuem a oportunidade de acessar o ambiente escolar, ficam um tempo considerável de suas vidas nesse espaço, de modo que, além da aprendizagem dos conteúdos, se aprende também sobre o que é proibido, permitido, certo ou errado, tolerável ou intolerável. (Louro, 2016)

A existência de sujeitos dissidentes no ambiente escolar "sacode'' as certezas tidas como absolutas sobre gênero e sexualidade. A escola, através de mudanças histórico-culturais, se constitui como um ambiente generificado, pois impõe discursos de verdade sobre as maneiras de ser menino ou menina e sobre como se deve viver a sexualidade. Mas, a escola também é um espaço de negociação das diferenças (Seffner, 2013) em que indivíduos múltiplos convivem, interagem e experimentam formas de viver e se relacionar que nem sempre estão de acordo com os moldes que configuram o sujeito universal.

O ambiente escolar também é um campo de disputa em que certos discursos oriundos de construções políticas e religiosas querem impor suas maneiras de atuação. O movimento Escola sem Partido, criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, inicialmente possuía o intuito de enfrentar uma suposta doutrinação comunista na escola, promovendo uma vigia direcionada ao ensino das professoras (Miguel, 2016). Em 2010 esse movimento começa a reafirmar a pauta anti gênero e acusar as professoras de doutrinadoras ou ideólogas de gênero, "ou seja, como uma agente que se aproveita da audiência cativa das e dos estudantes para abordar as questões de gênero e sexualidades não normativas e fabricar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais'' (Brunetto, 2020, p. 56) tentando imputar uma rivalidade entre sociedade "de bem" e as professoras. Brunetto (2020) reflete sobre as subjetividades docentes em relação às abordagens sobre gênero e sexualidade na escola:

> é possível encontrar professoras que já não se importavam com o enfrentamento das violências LGBTIfóbicas e machistas e que seguem criticando e condenando a abordagem dessas questões na escola; professoras que, apesar de todas as possíveis consequências a serem enfrentadas pela subversão da norma, de não se falar sobre isso na escola, resistem e abordam as questões de gênero e sexualidades. Ainda que a norma não esteja vigente, na forma de lei ou determinação obrigatória, ela já atua extraoficialmente; e professoras que se importam com essa abordagem, mas não a colocam em ação por temer as consequências (Brunetto, 2020, p. 58).

A escola não é um espaço neutro, pois constitui-se enquanto um território que é movimentado pelas disputas, tensionamentos, bem como negociações em torno das produções atreladas às subjetividades. Essa instituição reforça as normas, mas também possibilita a criação de estratégias de resistência (Foucault, 2017) constituídas através de práticas docentes que possuem uma perspectiva crítica e ativista diante das questões sociais.

Docência corporificada

A autora bell hooks (2013) ao discutir sobre suas vivências na universidade, fala sobre a forma de educação que exigia uma separação do corpo e mente das docentes, como se o ensino pudesse ocorrer de uma maneira neutra, imparcial e apenas intelectual. Dessa forma, os saberes relacionados à experiência, que na concepção de Bondía (2002) é aquilo que nos passa e nos impacta, não poderiam ser utilizados no contexto educacional. A partir dessa perspectiva de divisão corpo/mente, o saber da experiência que "se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana" (Bondía, 2002, p. 26) ficaria perdido em meio a burocratização das formas de pensar.

A profissão docente, com destaque para a docência feminina, passou por diversas transformações, acompanhando as mudanças sociais, históricas e culturais. A presença de mulheres nas salas de aula se deu pois ocorreram rupturas em alguns discursos sobre educação, que, ao longo do século XIX foram tornando o magistério como profissão adequada, bem como permitida para as mulheres (Louro, 1997). Segundo aponta Guacira Louro:

> A esses discursos vão se juntar o da nascente Psicologia, acentuando que a privacidade familiar e o amor materno são indispensáveis ao desenvolvimento físico e emocional das crianças. Já que se entende que o casamento e a maternidade, tarefas femininas fundamentais,

> constituem a verdadeira carreira das mulheres, qualquer atividade profissional será considerada como um desvio dessas funções sociais, a menos que possa ser representada de forma a se ajustar a elas. Em seu processo de feminização, o magistério precisa, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc. (Louro, 1997, p. 96).

A partir disso, constrói-se um perfil de professora como uma mulher solteira e dedicada exclusivamente ao exercício da docência, compreendida, historicamente, como uma missão e vocação femininas. O olhar patriarcal para essa corporalidade buscou impor um modo de vestir, se portar e um tipo de conduta a ser seguida. Na contemporaneidade, segundo Brunetto (2017), se deslocaram os discursos e as exigências frente a figura da professora, mas, o controle sobre ela não foi extinto e possui outras maneiras de se apresentar.

A noção do que seria uma "boa professora" ainda é imbuída de expectativas normativas que, mesmo sendo reformuladas possuem um viés controlador direcionado aos corpos femininos. São escrutinadas as posturas profissionais, as maneiras de ensinar determinados assuntos, e também, as formas de vestir e portar-se, incluindo o comportamento nas redes sociais (Brunetto, 2017). Essas regulações podem acontecer de forma sútil ou escancarada, mas ainda discursam sobre o que é considerado correto ou inadequado na docência.

Docências lésbicas e feministas

As autoras lesbofeministas problematizam a heterossexualidade como um regime socialmente construído e naturalizado, evidenciando sua dimensão violenta, na medida que é instituída de forma compulsória e imposta de maneira incisiva às mulheres. Para Adrienne Rich (2010) a heterossexualidade é considerada compulsória pois é "algo que tem sido imposto, administrado, propagandeado e mantido por força" (Rich, 2010, p. 35), e possui pretensões de ser universal. As lesbianidades portanto, se constituem "em experiências, corpos e práticas que afrontam as masculinidades, que questionam as normas de gênero e sexualidade, que desafiam e se atrevem a não estar disponíveis para os usos de machos ou a serviço dos prazeres masculinos" (Brunetto, 2021, p. 67). A existência lésbica é uma afronta ao sistema patriarcal, pois demonstra na prática que é possível ser, estar e se relacionar sem a presença de um homem enquanto parceiro romântico.

Essa afronta não acontece de um modo simples, pois existe a violência e a repulsa direcionada a esses corpos. O relatório descritivo escrito a partir da primeira etapa do I Lesbocenso Nacional: Mapeamento das vivências lésbicas no Brasil (Tagliamento, Grazielle; Brunetto, Dayana; Almeida, Raquel, 2022) aponta que das 21.050 lésbicas entrevistadas, 78, 61% relataram sofrer violências lesbofóbicas, dentre elas, assédio moral, sexual e violência psicológica. A invisibilidade dessas vivências também é uma violência, pois são corpos, práticas e experiências (Brunetto, 2021) potentes para se pensar que é possível fazer pequenas rupturas nas normas.

Algumas mulheres lésbicas que atuam como professoras podem optar por não falarem sobre suas sexualidades, a fim de evitar serem atravessadas por certos constrangimentos e violências (Pereira, Annamaria Ladeira; Pereira, Camila Santos; Pocahy, 2022). Mas existem lesbianidades que são hipervisiveis (Halberstam, 2008) pois se utilizam de vestimentas e cortes de cabelo que são associadas ao que é culturalmente considerado como masculino. Nesses casos, a leitura social das pessoas costuma presumir a sexualidade.

O conceito de docência decente (Brunetto, 2017) inicialmente pontua uma discussão sobre os atributos relacionados à professora do século XIX, que precisava ser amorosa, bem-vestida e possuir uma conduta quase puritana. Em contrapartida, na contemporaneidade, essa cobrança de uma decência se desloca principalmente para as/os professoras/es dissidentes de gênero e sexualidade, que são vistas/os como uma ameaça e postas/os sob suspeita apenas por suas existências. E, diante disso, se intensificam as vigilâncias, ou, as formas de existir dessas pessoas são negadas através do silenciamento de suas experiências de vida (Passos, Giseli Cristina dos; Gesiele Vargas, 2021).

As docências lésbicas que também se percebem no âmbito de uma perspectiva feminista, podem auxiliar a pensar a educação através de uma ótica que questione os sistemas de dominação. Segundo Louro (1997)

> As pedagogias feministas pretendem estimular a fala daquelas que tradicionalmente se vêem condenadas ao silêncio, por não acreditarem que seus saberes possam ter alguma importância ou sentido. Abala-se o status dos experts, pois agora todas as pessoas têm, ao menos potencialmente, uma experiência ou uma sabedoria que merece ser compartilhada, que pode ser comunicada e tornada visível. As hierarquias e as classificações são deixadas de lado. Pode-se dizer que ocorre uma rejeição explícita da autoridade (Louro, 1997, p. 114).

Pensando a partir dessa ideia, as docências lésbicas e feministas abrem uma oportunidade para (re)pensar as formas de ensinar e aprender bem como também questionar o porquê determinadas coisas precisam ser aprendidas. Através de uma construção de conhecimento que seja mais coletiva e crítica, há um espaço para diálogos sobre as trajetórias e experiências das pessoas envolvidas. A partir disso, se pode questionar e problematizar o funcionamento dos binarismos de gênero, a heterossexualidade compulsória e a constituição das diferenças com base no que é atribuído socialmente enquanto norma.

As ações das docentes são políticas pois "ao reconhecer o cotidiano e o imediato como políticos'' (Louro, 1997, p. 122) até mesmo as minúcias das situações no ambiente escolar também são passíveis de questionamentos. Ações como problematizar as representações presentes nos livros didáticos, que por vezes apresentam o homem branco como um modelo de virtude, adquirir práticas não sexistas no tratamento de meninos e meninas, acolher ''as culturas juvenis, especialmente em suas construções sobre gênero, sexualidade, etnia, etc.'' (Louro, 1997, p. 124), podem colaborar com um ensino que se desloque minimamente das lógicas normativas.

Considerações

A partir dos diálogos expostos, pode-se pensar que a docência não se constitui de um modo neutro, mas está imbricada em uma trama de disputas que são atravessadas pelos discursos de verdade e poder (Foucault, 2010) relacionados às questões de gênero e sexualidade. A instituição escolar é marcada por sua vocação normalizadora (Louro, 1997), que por vezes, busca produzir subjetividades em conformidade com as normas hegemônicas, mas também é um espaço que abre possibilidades para negociações com as normas, podendo imprimir algumas rupturas nas mesmas.

Com relação às docências corporificadas, especificamente as lésbicas e feministas, o presente texto procurou discutir sobre um ensino que se opõe ao que é naturalizado e imposto como verdade. Essas docências ao estarem presentes de corpo e mente (hooks,2013), dialogando sobre as experiências e questionando os cânones estabelecidos como verdade absoluta, podem construir uma comunidade de aprendizagem em que discussões sobre a questão das diferenças fazem parte do processo educativo.

Essas discussões não são realizadas sem enfrentamentos considerando as vigilâncias e tentativas de silenciamento direcionado às corporalidades dissidentes. Essas corporalidades, por vezes, são vistas como ameaças às estruturas pré-estabelecidas. Mas, nas fissuras se produzem resistências que podem deslocar sentidos e apontar para outros caminhos e possibilidades na educação.

A partir dessas reflexões, pode-se pensar que existe necessidade de uma educação que seja comprometida com as problematizações diante das normas e que, de alguma maneira, possa acolher as dissidências para que sejam percebidas como partes importantes nos processos educativos. Nesse sentido, as docências feministas e lésbicas não apenas tensionam as barreiras impostas pelas estruturas hegemônicas, mas também podem sugerir diferentes maneiras possíveis de ensinar, aprender, bem como existir no ambiente escolar. Ao ocupar esse espaço de modo crítico e reflexivo, é possível dialogar com as multiplicidades, sem estigmatizar os sujeitos, borrando as estruturas que definem o ‘’eu’’ e o ‘’outro’’.

Referências

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. *Revista Brasileira de Educação.* n. 19, p. 20-28, 2002.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Tradução: Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2018.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomas Tadeu da Silva. 2. ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2000. p. 151-172.

BRUNETTO, Dayana. *Docências trans* da decência à abjeção.* 2017. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2017.

BRUNETTO, Dayana. LGBTIfobia na educação. In: SOUZA, Humberto da Cunha Alves de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (org.). *Caminhos da pesquisa em diversidade sexual e de gênero: olhares in(ter)disciplinares.* Curitiba: IBDSEX, 2020.

BRUNETTO, Dayana; Ribas, Léo. Quem cabe nesse arco-íris. In Brunetto, Dayana Tagliamento, Grazielle**.** *Arco íris para quem? (In)visibilidades lésbicas e sapatônicas.* Curitiba: UFPR, 2021.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 28. reimp. 2010.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões.* 42. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber.* 17a. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FREITAS, Elizama de Lima; SILVA, Joicy Eleiny. Ressignificação enquanto ferramenta de autoafirmação através da perspectiva da bicha. In: *INTERCOM-Sociedade Brasileira de estudos interdisciplinares da comunicação. XVIII Congresso de ciências da comunicação na região Nordeste.* Caruaru, 2016.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.* São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes*. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.* Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes*.* Teoria *Queer*: uma política pós-identitária para a educação. *Revista estudos feministas.* Florianópolis, v. 9, p. 541–553,2001.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever. *Revista Educação, sociedade & culturas*, n.25, p. 2535-245.

MIGUEL, Luis Felipe. Da ‘’doutrinação marxista’’ à “ideologia de gênero” - Escola sem partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

Minayo, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Revista ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

NETO, Alfredo Veiga. Foucault e a educação. 3. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2011.

PASSOS, Giseli Cristina dos; VARGAS, Gesiele. Lésbicas na docência: muito além de uma versão feminina da homossexualidade masculina. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021.

PEREIRA, Annamaria Ladeira; PEREIRA, Camila Santos; POCAHY, Fernando. Pode a professora de criança ser desobediente e insubmissa? In: *IV Seminário Internacional corpo, gênero e sexualidade, IV seminário Luso-Brasileiro educação em sexualidade, gênero, saúde e sustentabilidade* (Anais Eletrônicos) Rio Grande do Sul,2022.

PRECIADO, Paul. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual.* Rio de Janeiro, Zahar, 2022.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas, revista de estudos gays: gêneros e sexualidades*, Rio Grande do Norte, v. 4, n. 5, p. 18 – 44, 2010.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: Apuros e aflições no enfrentamento do regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Revista educação e pesquisa,* São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, 2013.

TAGLIAMENTO, Grazielle; BRUNETTO, Dayana. I *lesbocenso Nacional: Mapeamento das vivências lésbicas no Brasil:* relatório descritivo da 1ª etapa (2021-2022). Brasília, DF: Liga Brasileira de Lésbicas (LBL); Associação Lésbica Feminista de Brasília - Coturno de Vênus, disponível em https://lesbocenso.com.br/ Acesso em 28/04/2016.

WITTIG, Monique. *O pensamento heterossexual.* Tradução de Maíra Mendes Galvão. 1. ed. Belo Horizonte, autêntica, 2022.

Recebido em maio de 2026.

Aprovado em julho de 2026.